

O que está por trás da nova moeda

CELSO MING

Mais do que tudo, o Plano Real, tal como concebido pelos economistas Chico Lopes e Osmundo Rebouças, segue-se a alguns fatos inquestionáveis:

O primeiro é o de que a política do "feijão com arroz" está esgotada e que, se é mesmo para derrubar a inflação, é preciso algo novo — e diferente das propostas que estão aí.

O "feijão com arroz" está, aparentemente, conseguindo reduzir o déficit público mas não na proporção necessária para subjugar a inflação. Além disso, não ataca a chamada inflação inercial, que é o ritual diário de remarcações de preços, geralmente acima da inflação passada, apenas porque houve essa inflação e porque se espera ainda mais inflação. Portanto, é preciso alguma coisa mais.

As propostas que estavam sendo discutidas para substituir ou reforçar a política do "feijão com arroz" eram quatro: a primeira é a do redutor do ex-ministro Mário Henrique Simonsen, uma proposta que é bem mais do que podar, todos os meses, a correção monetária, a correção cambial, preços e salários. Trata-se de implantar dois choques simultâneos, um choque fiscal e um choque monetário, além de provocar essas podas. No entanto, as objeções políticas ao programa e, mais do que isso, o teito de 12% ao ano para os juros, imposto pela nova Constituição, parecem inviabilizar a proposta Simonsen.

A outra é a dos economistas ortodoxos que pregam simplesmente o fim das emissões, uma alta brutal das taxas de juros e uma profunda recessão econômica. E uma vez deflagrado esse processo seria preciso tempo, até que viessem os resultados. Como tudo isso seria implantado sem nenhuma anestesia, o risco de que faltariam condições

políticas para sua implantação seria bastante grande.

A terceira proposta é uma variação dos planos anteriores, o Plano Cruzado e o Plano Bresser. É um choque heterodoxo com congelamento de preços, **tablita** e tudo a quanto teria direito um pacotão desse tipo. Ocorre que, para isso, faltam, no momento, três condições básicas: falta credibilidade do governo para mobilizar os fiscais do Sarney; falta derrubar o déficit; e falta a garantia do sigilo para impor o congelamento temporário de preços e salários.

(Não dá mais para garantir o sigilo porque acabou o decreto-lei. E, mesmo se o governo recorresse às medidas provisórias previstas na nova Constituição, seria preciso aprovação prévia do Congresso, que é para impedir a rejeição no prazo de trinta dias ou a simples obstrução pela oposição. Mas, se é necessária a aprovação prévia, ainda que apenas das lideranças, fica impossível manter o sigilo sem o qual será impossível, também, impor o congelamento.)

Finalmente, há a proposta do pacto social. Mas o pacto social só teria eficácia se o déficit tivesse sido zerado ou ficado muito perto do zero; e se o governo, que é o principal empresário, entrasse decisivamente nesse pacto — coisa que até agora não aconteceu e difficilmente acontecerá se não houver um fato novo importante.

O Plano Real

O Plano Real apareceu porque a sociedade está perdendo a paciência com a inflação e está exigindo que alguma coisa seja feita. Ele, no fundo, é tremendamente ortodoxo porque traz embutido um choque fiscal.

Ele aumenta substancialmente a carga tributária na medida em que obriga o pagamento de impostos

pela OTN fiscal. E, mais do que isso, submete o governo a uma camisa-de-força, tirando-lhe a liberdade de emitir moeda. Como a Constituição já fez o outro serviço, proibindo a prática de juros a níveis superiores a 12% ao ano, o recurso ao endividamento interno também não existe mais ou, se existir, também estará limitado. Diante disso, não sobraria saída ao governo senão parar de gastar e aumentar ainda mais os impostos.

O que tem que ser perguntado agora é por que isso não pode ser feito com o cruzado, dispensando, portanto, a criação de uma moeda nova, o real. É que os pais do Plano Real entendem que, na falta da anestesia (o congelamento de preços), será preciso um teatro qualquer. Para usar a velha imagem do ex-ministro Delfim Netto, isso acaba sendo toda aquela encenação do feiticeiro que quer matar alguém na tribo: ele faz reza brava, dança em volta, solta fumaça, sacode uns galhos e, lá pelas tantas, dá uma colher de veneno. A colher de veneno é o choque fiscal; a reforma monetária é pura encenação para desviar as atenções gerais.

Criar uma moeda nova pode parecer uma coisa muito simples: afinal, já temos várias moedas circulando na economia. Temos o cruzado, a OTN cheia, a OTN fiscal, o **black** e um real a mais não faria tanta diferença...

Mas faz. E a convivência com o cruzado é, por si só, um tremendo complicador da vida. Basta imaginar o inferno que seria ter de andar com duas séries de papel-moeda circulando simultaneamente, com uma taxa de câmbio cheia de quebrados entre elas. Como seria, por exemplo, pagar o supermercado parte com reais e parte com cruzados?

A moça do caixa teria preparo para calcular corretamente o câm-

bio, que, de resto, vai ser alterado diariamente? E, na feira do bairro, como pagar em reais uma bacia de escarola desembolsando cruzados?

E a explosão da demanda?

E nossa vida bancária? Vamos ter que manter dois talões de cheques, um em cruzado e outro em real? Ou poderemos usar o mesmo talão e a mesma conta bancária preenchendo cheques ora em cruzados ora em reais? Já pensou como ficaria a compensação e a trabalheira dos bancários no dia-a-dia?

Outra observação: por ocasião do Plano Cruzado houve uma grande preocupação entre os economistas em determinar que a conversão dos salários, de cruzeiros para cruzados, fosse feita pelo salário médio. O objetivo era impedir um salto no poder aquisitivo do consumidor e, num segundo momento, a explosão da demanda. Ora, a proposta do Plano Real é converter os salários de cruzados para reais, pelo valor de pico. Como evitar com isso uma implosão de demanda se no Plano Cruzado, apesar da conversão pelo salário médio, a explosão acabou acontecendo?

Mas a questão central está em saber como será evitada a inflação também em reais. Será que o governo vai se conformar à camisa-de-força e deixar de emitir? O que garante isso? Apenas o texto da lei? Se é assim, por que, então, não assegurar primeiro o fim das emissões em cruzados? Será que tal teatro teria uma função tão importante assim neste país de espertos?

De todo modo, alguma coisa terá que ser feita para nocautear a inflação. E, por mais paradoxal que possa parecer, o que terá que sair não poderá ser muito diferente desse Plano Real. Poderia dispensar a reforma monetária mas vai doer do mesmo jeito.